



N° 10, outubro 2014

# PONTO DE VISTA

Perspectivas sobre o desenvolvimento

## **Nova Classe Média brasileira? Divergências ideológicas do debate intelectual**

PONTO DE VISTA, Nº 10, outubro 2014  
ISSN 1983-733X.

Jana Martins Leal<sup>1</sup>

### **1. Introdução**

A tese da Nova Classe Média brasileira (NERI, 2008a, 2008b, 2011) e as discussões que insurgiram a partir dela não se limitaram ao ambiente acadêmico no Brasil. Em 2008, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) realizaram duas pesquisas sobre as desigualdades econômicas no Brasil. Ao final do desenvolvimento destas, as duas pesquisas chegaram à conclusão de que a taxa de pobreza havia diminuído nos últimos anos no Brasil<sup>2</sup>. No entanto, apesar das conclusões semelhantes, a tese da FGV de que esta diminuição de renda teria produzido uma nova classe média no Brasil ganhou espaço na mídia. Muitos jornais e revistas divulgaram que o Brasil teria se tornado um país de classe média<sup>3</sup>. Desta forma, grande

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Sociologia também pelo Iesp-UERJ. Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora vinculada ao Nupet (Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho). O presente trabalho é fragmento da pesquisa de Dissertação de Mestrado em Sociologia da mesma. Email: [leal.jana@gmail.com](mailto:leal.jana@gmail.com).

<sup>2</sup>[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=65&catid=4&Itemid=2](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=65&catid=4&Itemid=2)

<sup>3</sup><http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI10074-15204,00->

[A+NOVA+CLASSE+MEDIA+DO+BRASIL.html](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1308200802.htm) e <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1308200802.htm>

parte da mídia endossava a tese da Nova Classe Média<sup>4</sup>. Abria-se, portanto, espaço para um grande debate público acerca do tema no país<sup>5</sup>.

A pesquisa da FGV, coordenada pelo economista Marcelo Neri sobre a desigualdade de renda no Brasil partiu da constatação do aumento significativo da renda dos mais pobres no Brasil ao longo dos anos 2000. Ela desenvolveu um modelo de estratificação baseado no “Critério Brasil”, que levava em consideração principalmente a renda e o potencial de consumo para dividir as classes brasileiras. Nesse modelo, a população foi dividida em 5 classes econômicas distintas: a classe E (de 0 a R\$ 768,00), a classe D (acima de R\$768,00 a 1064,00), classe C (acima de R\$1064 e 4561) e as classes AB (acima de R\$4561,00). A classe C Neri apelidou de Nova Classe Média brasileira.

Assim, estariam incluídos na Nova Classe Média as famílias que, antes dos anos 2000, se encontravam na linha da pobreza e que nos anos seguintes, teriam ingressado na classe média, em função do aumento da renda. Além disso, a percepção de que muitas famílias teriam aumentado seus rendimentos e saído das classes D e E e ingressado na Classe C, levou Neri a perceber que, a partir daquele momento, as classes C, A e B formavam a maioria da população brasileira, isto é, o Brasil teria se tornado um país com uma população majoritariamente de classe média.

Diversos intelectuais e pesquisadores se debruçaram sobre o tema, buscando responder se o aumento da renda e do consumo dos mais pobres teria provocado, de fato, sua ascensão social. Muitas foram as críticas dirigidas à tese. Uma das críticas dizia respeito aos parâmetros utilizados na definição de classe e de classe média que a fundamentavam. O modelo de estratificação sobre o qual se baseava a ideia da Classe C tinha sido formulado, grosso modo, a partir da renda e no potencial de consumo das famílias brasileiras, isto é, a renda e o consumo eram os parâmetros centrais utilizados na divisão das classes sociais. A classe C era então calculada de forma aritmética, a partir da mediana da renda da população. Ela era constituída por aqueles que possuíam literalmente a renda média da população. Desta forma, o caráter economicista que permeava a tese era um dos aspectos que desagradava aos Cientistas Sociais.

Mesmo com a polêmica e o debate público que se formaram diante do tema, a Classe C galgou um novo degrau, transformando-se em assunto de políticas públicas. Em 2011, a tese saiu do papel e transformou-se em assunto estratégico do governo Dilma Rousseff, ou seja, tornou-se uma

---

<sup>4</sup>Ver as seguintes reportagens: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2010/04/nova-classe-media-brasileira-esta-cheia-de-vontade-de-comprar.html> e <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/negocios-que-ajudam-a-reduzir-diferencas-sociais-ganham-atencao-de-investidores>

<sup>5</sup> Ver a opinião, por exemplo, de Lia Luft em <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/propostas-novo-pacote-beneficiam-classe-media>

questão de política pública<sup>6</sup>. Foram realizados diversos estudos no governo sobre a população inserida nesta nova camada social que resultaram em cartilhas para promover as políticas para esse setor<sup>7</sup>. Mais do que um debate público, a Nova Classe Média se transformara em objeto de disputas políticas.

Desde o seu desenvolvimento até o momento em que se transformou em política pública, os pesquisadores buscavam se posicionar frente a tese da Classe C. O enfoque das pesquisas se voltou, na maioria dos casos, para a confirmação ou não de sua existência. Diante do debate público e da dimensão política e ideológica que permeava o tema, parecia ser quase um dever ideológico se posicionar a favor ou contra a Classe C, isto é, a Nova classe Média parecia ter engendrado uma verdadeira disputa ideológica.

Mas que tipo de ideologias estariam mobilizando os debates? O que estaria em jogo nesses debates ideológicos? E quais as limitações que essas disputas ideológicas impunham sobre o tema da Nova Classe Média brasileira? Essas são as questões que este artigo procura responder.

Assim, a partir das contribuições teóricas da Sociologia do Conhecimento, desenvolvida por Karl Mannheim (1979), este trabalho procura compreender as relações entre os posicionamentos teóricos dos autores inseridos no debate em torno da Nova Classe Média e as ideologias subjacentes a eles, demonstrando os condicionamentos ideológicos de suas posições. Dessa forma, o trabalho que aqui se apresenta pretende apontar não só os horizontes intelectuais que os autores estão inseridos e que os condicionam, mas as disputas ideológicas que subjazem por trás do debate da Classe C. Por conseguinte, este trabalho procura compreender os limites que essas disputas ideológicas parecem impor ao debate e sugerir novas formas de abordar o tema.

## **2. O surgimento da tese da Nova Classe Média e os debates intelectuais**

A tese da Nova Classe Média (NCM) foi construída a partir das pesquisas acerca da distribuição de renda e das desigualdades no Brasil desenvolvidas pela Fundação Getúlio Vargas, coordenadas, até então, pelo economista Marcelo Neri. Por meio de análises das mudanças na renda e no consumo dos brasileiros ao longo dos anos 2000, Neri (2008, 2011) constatou um aumento significativo da renda e do potencial de consumo das famílias brasileiras que eram consideradas pobres.

---

<sup>6</sup> Ver a opinião do Ministro Moreira Franco da Secretaria de Assuntos Estratégicos no Jornal Valor Econômico sobre a política da Nova Classe Média em <http://www.valor.com.br/opiniao/2742450/o-que-define-classe-media>

<sup>7</sup> [http://www.sae.gov.br/site/?page\\_id=19870](http://www.sae.gov.br/site/?page_id=19870) e [http://www.sae.gov.br/site/?page\\_id=10700](http://www.sae.gov.br/site/?page_id=10700).

De forma semelhante a muitas pesquisas econômicas (THUROW, 1987; RAVALLION, 2010), Neri propôs uma estratificação social para o Brasil, com base, sobretudo, na renda. Ele calculou a renda domiciliar per capita do trabalho e depois a expressou em termos equivalente de renda domiciliar total de todas as fontes do domicílio. Assim, baseado no “Critério Brasil”, construiu um modelo fundamentado no potencial de consumo das famílias e que a divide a população em 5 classes econômicas distintas: a classe E (de 0 a R\$ 768,00), a classe D (acima de R\$768,00 a 1064,00), classe C (acima de R\$1064 e 4561) e as classes AB (acima de R\$4561,00), atribuindo, então, à classe C o nome de nova classe média brasileira.

A classe E é formada pelos mais pobres e/ou miseráveis da população brasileira. Para sua delimitação, Neri utilizou a noção de linha de pobreza. Acima dessa classe, todas as outras são calculadas com base em medianas. A classe C é calculada pela renda média da população. Ela é a classe média em termos estatísticos. É, portanto, chamada de “nova classe média”.

Segundo Neri, a classe C era formada por famílias que antes dos anos 2000 se encontravam na linha da pobreza e que, com o crescimento real de renda e do potencial de consumo nos anos seguintes, teriam ingressado no novo patamar da classe C. Ela, conjuntamente com as classes AB teriam crescido, ao contrário das classes DE que teriam diminuído. Segundo o economista, a classe C teria ascendido 22%. Nesse sentido, a pertinência do conceito da NCM se baseava numa pressuposta mobilidade social que perpassava o país. Isso se tornou polêmico entre os intelectuais. Até que ponto somente o aumento de renda e de consumo de famílias mais pobres levaria a uma mobilidade de classe? Houve, dessa forma, enorme disputa em torno da pertinência e legitimidade dessa nova categoria para explicar as mudanças econômicas e sociais que ocorriam no país.

Os cientistas políticos Amaury de Souza e Bolívar Lamounier (2010) endossam a ideia da NCM no Brasil. Assim como Neri, eles pressupõem que o aumento da renda e do consumo são fatores legítimos para a configuração da nova classe média no Brasil. Por outro lado, diferentemente de Neri, para eles, há outros fatores que devem ser levados em consideração para a diferenciação de classes. A partir de uma perspectiva weberiana, eles demonstram, haver diferenças de prestígio e de valores entre as classes. Para os autores, o poder de influência do círculo social no qual determinado grupo de pessoas estaria inserido seria um capital social.

Nesse sentido, as classes A e B possuiriam, por exemplo, uma capital social superior às classes C, D e E, visto que a influência do círculo de amigos e da família nos quais as pessoas destas classes estariam inseridas seria superior à daquelas das famílias C, D e E. Além disso, haveria também uma diferenciação de valores entre as diferentes camadas sociais. Ser de classe média significaria, por exemplo, a incorporação de valores como uma lógica de trabalho árduo e de luta pelo sucesso, algo distinto em relação às classes sociais mais baixas. Deste modo, a perspectiva

weberiana adotada pelos autores os distancia da perspectiva de Neri. Sua conceituação de classe está baseada em fatores como o prestígio e a normatividade e não apenas na renda e no consumo.

Outro ponto que também distancia os cientistas políticos da perspectiva de Neri é o fato de questionarem a sustentabilidade da NCM. Os autores explicam que o aumento da renda e do consumo da classe C se faz frequentemente à custa de endividamento a longo prazo. Assim, dado o aumento do endividamento, o crescimento da renda e do consumo não seriam suficientes para a sustentação do seu novo status econômico. Além disso, esse novo padrão de vida não seria auto-sustentado. Qualquer crise econômica internacional poderia abalar a renda e o potencial de consumo deste grupo e, portanto, seu novo estilo de vida (como seria o caso da crise econômica internacional de 2008).

Dessa forma, ainda que os autores endossem a tese da NCM, eles discordam da sustentabilidade da condição nova de vida destas pessoas. Enquanto Neri (2011) defende que a crise econômica internacional que se iniciou em 2008 não afetou o Brasil, e que, portanto, a condição da NCM se sustentaria nova classe social, com, uma vez que sugerem haver fragilidade nessa condição de vida é possível verificar que, ainda que os autores tenham consenso com Neri em relação à mobilidade social que teria ocorrido no país e, por consequência, com o surgimento da NCM, eles sugerem que há uma fragilidade nessas mudanças econômicas e na própria existência da classe C.

O sociólogo Jessé Souza (2010) e economista Márcio Pochmann (2012, 2014) divergem radicalmente desta forma de classificação social. Eles discordam dos referenciais que baseiam esta forma de classificação das classes. Para eles, os fatores renda e consumo que foram utilizados para desenvolver a categoria da NCM são extremamente simples para sustentar exclusivamente uma categorização social. Nesse sentido, defender o surgimento de uma nova classe média seria uma forma de empobrecer a complexidade da realidade social.

Para Souza pensar que esses novos trabalhadores integrariam, na realidade, uma nova classe média seria uma forma de eufemizar a dominação capitalista que se impõe sob eles e de silenciar o sofrimento destas pessoas. Além disso, o autor entende que a classificação social que utiliza a nova classe média como categoria estruturante tem por trás um modelo liberal, no qual a sociedade é compreendida como um conjunto de indivíduos soltos e descontextualizados e, portanto, sem vínculos de pertencimento social. Desta forma, ele conclui que a classificação social, com base somente na renda, como proposta por Neri, produziria uma compreensão distorcida da realidade e simplesmente fortaleceria a dominação capitalista.

Os dois autores partem, portanto, de uma análise macroestrutural para compreender a sociedade. Para eles, a divisão de classes no Brasil deve ser entendida a partir da configuração do sistema capitalista. Em função disto, esses fatos macroestruturais são centrais na análise dos dois

autores. Nesse sentido, as mudanças macroestruturais do sistema capitalista são os fatores fundamentais analisados pelos autores para compreender a estruturação de classes no Brasil. Assim, não haveria espaço para a NCM, na medida em que o que, de fato, está configurado no Brasil é a polarização entre os trabalhadores e a elite perpetrada pelo sistema capitalista. Ou seja, o aumento de renda e de consumo não seriam suficientes para configurar uma nova classe social no Brasil. Esses dois fatores sozinhos não seriam suficientes para promover a mobilidade social. Nesse sentido, para os dois autores, a nova classe média não existiria enquanto tal, mas, ao contrário, continuaria a existir uma classe trabalhadora.

Para Souza, mais do que os fatores renda e potencial de consumo, a definição de uma classe deve levar em consideração outros fatores sociológicos. Com base na teoria bourdieusiana, Souza defende uma classificação social que leve em consideração fatores como o capital cultural e social para se considerar uma classe social. Nesse sentido, para o autor, a classe trabalhadora não possuiria as ferramentas fundamentais para a reprodução do status social de classe média: o capital cultural e social comumente atribuído à verdadeira classe média brasileira.

Um capital social atribuído à classe média tradicional, segundo o autor, seria o “privilégio da escolha”. A classe média tradicional teria o privilégio de escolher tanto o tempo que se dedicaria aos estudos, como o tipo de trabalho que realizaria no futuro. Assim como poderia optar em se dedicar aos estudos como atividade principal e às vezes única, seria possível, para esta camada, a escolha da carreira profissional. Já a classe trabalhadora não contaria com esse privilégio, ou seja, com esse capital social, uma vez que, desde cedo, aprenderia a incorporar a “ética do trabalho”, no qual predominaria a lógica do trabalho disciplinado e árduo. A necessidade de sustentação, entendida como um imperativo social nesta camada, promoveria rapidamente a incorporação de uma prática e de uma lógica de trabalho “duro” na vida destas pessoas. Logo, se esta camada social não teria a sua disposição “o privilégio da escolha”, capital social típico da tradicional classe média, por outro lado, ela contaria com outro tipo de capital social, a lógica de trabalho árduo e disciplinado. Cabe destacar que esta lógica seria o fator de diferenciação entre esta nova classe trabalhadora e a camada social localizada logo abaixo desta, formada principalmente pelos miseráveis da população brasileira, apelidada pelo autor de “ralé” brasileira.

Outro capital social atribuído à tradicional classe média seria sua cor da pele predominantemente branca. A tradicional classe média brasileira teria, nesta característica, um capital social maior que a dos novos trabalhadores, em grande parte, formados por pessoas pardas e negras. Isto facilitaria a reprodução social da classe média tradicional no seu patamar de destaque, visto que o peso do racismo recairia sobre os novos trabalhadores com uma força muito maior, fechando-lhes portas na disputa por melhores cargos e posições sociais. Ou seja, na corrida pela

ascensão social, a tradicional classe média teria muito mais vantagens que os novos trabalhadores, já que possuiria um capital social a seu favor, o que permitiria muito mais facilmente sua sustentação numa posição social de destaque.

Já Pochmann parece desenvolver suas ideias com base na teoria marxista. Para ele, a classificação social brasileira deve levar em consideração o papel ocupado no sistema produtivo do país. Nesse sentido, o trabalho exercido por determinado grupo de pessoas, juntamente com suas características e as relações sociais que pressupõe, deve ser um referencial fundamental para a classificação social. Então, na realidade, o aumento da renda e do consumo não teria promovido a mobilidade social no país, mas, ao contrário, fortalecido as classes populares assentadas no trabalho.

Diferentemente de Souza, Pochmann acredita que a estruturação social brasileira está passando por transformações e que isso exige interpretações mais profundas e abrangentes. Através de análise quantitativa, ele verifica que houve uma alteração importante na relação entre rendas de trabalho e rendas de propriedade no país. A renda do trabalho, sobretudo dos que se encontram na base da pirâmide social, assim como as rendas de propriedade, os que se encontram no topo da pirâmide, teriam conquistado proporcionalmente maior participação na renda nacional. Desta forma, mesmo com o crescimento dos dois polos opostos da pirâmide, essas mudanças teriam permitido a redução da pobreza, ou seja, da desigualdade no país. Entretanto, assim como Souza, Pochmann não concorda que os grupos em ascensão social possam ser inseridos na categoria da nova classe média.

Essa sucinta exposição de autores que se debruçaram sobre o tema da NCM demonstra que o debate girou em torno basicamente da definição dessa nova classe social. Discutiu-se muito sobre a possibilidade da existência da classe C e quais os melhores parâmetros para sua definição, mas as implicações econômicas e sociais que estavam por trás da diminuição da pobreza, por exemplo, haviam sido pouco exploradas. Por que era preciso deter-se apenas à polêmica da configuração de uma “Nova Classe Média brasileira”? Por que o debate conquistara uma dimensão pública no país?

As disputas em torno da NCM parecem ter se tornado uma disputa político-ideológica. Jessé Souza já apontara o aspecto ideológico que subjazia à tese. O autor atribuiu a ela um caráter liberal. A ideia da expansão da classe média reforçaria os ideais liberais: a ideia do crescimento da medianização da população brasileira carregava consigo a ideia de que o capitalismo era “bom” e deveria permanecer, já que, por meio da inclusão via mercado, seria possível diminuir a pobreza.

É justamente a legitimação de privilégios inconfessáveis que está em jogo na noção, hoje corrente entre nós, de “nova classe média” para os brasileiros trabalhadores que examinamos. Trata-se de uma interpretação triunfalista que pretende esconder contradições



e ambivalências importantes da vida desses batalhadores brasileiros e veicular a noção de um capitalismo financeiro apenas “bom” e sem defeitos. A ideia que se quer veicular é a de uma sociedade brasileira de novo tipo, a caminho do Primeiro Mundo, posto que, como Alemanha, Estados Unidos ou França, passa a ter uma classe média ampla como setor mais numeroso da sociedade. E isso como efeito automático do mercado liberal desregulado. Essa concepção é um produto direto da dominação financeira que fincou sólida base no nosso país nas últimas décadas e que quer interpretar seus interesses particulares como interesses de todos. (SOUZA, 2010: 45-46)

No entanto, esse caráter ideológico, mais do que apenas um caráter liberal, parecia expressar aspectos ideológicos mais específicos da conjuntura política do Brasil. O fato de a Nova Classe Média ter se tornado assunto estratégico e, por consequência, objeto de políticas públicas do governo Dilma Rousseff demonstra a íntima relação entre a tese e as diretrizes e interesses políticos dos governos petistas. Dessa forma, ser a favor ou contra essa tese era uma forma de endossar ou criticar as políticas desses governos. Mais do que isso, era uma forma de afirmar o quão “corretas e vitoriosas” ou “erradas” estavam as políticas desses governos. Havia uma disputa política por trás do debate. Por isso, a importância de se posicionar em relação à tese. Por isso, o interesse público nessa discussão e a dimensão que o debate alcançou no Brasil. Era um assunto que não só se restringia aos pesquisadores. Ele expressava as disputas político-ideológicas do país.

A ideia em si de uma nova classe média baseava-se num ideal do Reformismo Fraco adotado pelas políticas petistas (SINGER, 2012). O aumento do consumo e da renda dos mais pobres seria capaz de modificar a realidade social. Mais do que transformar a realidade, o crescimento da renda e do consumo seriam capazes de modificar a estrutura de classes no Brasil. Assim, estimar a existência de uma nova classe média, isto é, de uma classe que pressupõe a equidade social (ADAMOVSKY, 2013), era uma forma de coroar esses ideais.

Mais do que isso, a afirmação de que o Brasil teria se tornado um país predominantemente de classe média, ia ao encontro do sonho desenvolvimentista de alcançar a configuração social mais igualitária dos países desenvolvidos ou o ideal de mobilidade social norte-americano. Isto se expressa na seguinte frase de Neri: “*Esta mobilidade social estrutural social-ascendente seria algo como realizar o similar em cada país do chamado ‘sonho americano’, da possibilidade de ascensão social*” (NERI, 2008, p. 23).

### **3. A contribuição teórico-metodológica de Karl Mannheim: a Sociologia do Conhecimento e as influências ideológicas no trabalho científico**

Karl Mannheim desenvolveu e apresentou a Sociologia do Conhecimento como um dos ramos da Sociologia. Em seu livro *Ideology and Utopia* (1979), Mannheim defende que todo

conhecimento é socialmente determinado e que a missão da Sociologia do Conhecimento consiste em estabelecer relações entre o conhecimento e a existência.

Ao contrário dos que pensam que as ideias e conhecimentos possuem vida e funcionamento próprios, separados da realidade empírica, Mannheim acredita que não existe divisão entre a dimensão espiritual e a realidade “concreta”. Em sua perspectiva, a realidade histórica e social influencia na produção dos pensamentos e conhecimentos. Essa influência sócio-histórica, a princípio, poderia levar a um relativismo do conhecimento. Se os conhecimentos são entendidos como resultantes de perspectivas histórico-sociais diversas, então seria difícil acreditar em sua validade universal. No entanto, Mannheim não acredita que isso leve a um relativismo absoluto, mas apenas a um “relacionismo”.

Segundo Mannheim, os conhecimentos são relacionais. Possuem relações com a realidade empírica daqueles que o produzem, assim como, com outros conhecimentos produzidos. Isto significa que o posicionamento social daquele que observa a realidade para produzir conhecimento é fundamental na produção deste. O condicionamento social pode ser então uma oportunidade para produzir determinado conhecimento, mas também um fator limitador. É impossível que o observador ou o pensador tenha uma visão completa de um problema. Existe uma limitação, uma estreiteza da visão daquele que produz o conhecimento, forjada por sua condição social. No entanto, determinado ponto de vista parece ser corrigido pela confrontação com um ponto de vista oposto. Mannheim explica que a tarefa de um estudo de ideologia livre de julgamentos de valor é:

(...) is to understand the narrowness of each individual point of view and the interplay between these distinctive attitudes in the total social process. We are here confronted with an inexhaustible theme. The problem is to show how, in the whole history of thought, certain intellectual standpoints are connected with certain forms of experience, and to trace the intimate interaction between the two in the course of social and intellectual change (MANNHEIM, 1979, p. 72).

Desta forma, negar a influência dos determinantes sociais sobre a produção do conhecimento, não seria a forma de solucionar o relativismo do conhecimento, ao contrário, somente o reconhecimento dos fatores condicionantes da produção do pensamento podem superá-lo. Nesse sentido, a Sociologia do Conhecimento teria a tarefa de dissolver o problema dos condicionantes sociais, reconhecendo essas relações e trazendo sua existência para o horizonte da ciência, bem como utilizando-as nas conclusões de pesquisa.

Isso não invalidaria a comprovação empírica dos fatos. Mannheim não deslegitima a contribuição dos dados para a comprovação das hipóteses no processo produtivo do conhecimento. Ele julga ser necessária a comprovação por meio dos dados empíricos, para que o conhecimento

ganhe um caráter científico, apenas acredita que a clara e explícita confissão dos pressupostos implícitos no trabalho científico, e que servem como uma das bases para o conhecimento empírico, contribui para esclarecer a investigação empírica e fazê-la evoluir.

Uma das questões a ser enfrentada pela Sociologia do Conhecimento é a Teoria da Ideologia. O estudo das ideologias tem procurado desmascarar as distorções e interesses das ideologias subjacentes à produção do conhecimento. No entanto, a Sociologia do Conhecimento não está interessada nas distorções provocadas pelas ideologias sobre o conhecimento. Ela está interessada em examiná-los em um nível mais estrutural.

Isso se explica pelos sentidos da noção de ideologia utilizados na Teoria de Ideologia e na Sociologia do Conhecimento. Segundo Mannheim, ainda que a noção de ideologia esteja fortemente associada ao marxismo, sua noção é anterior e mais ampla do que proposta do marxismo<sup>8</sup>. Através de uma análise sócio-histórica ele aponta dois sentidos do termo: um particular e outro total.

O sentido particular estaria associado à posição cética em relação aos pensamentos ideológicos expressos por um adversário. As afirmações ideológicas são entendidas aqui como algo falsificado, que oculta ou mente em função dos interesses subjacentes daqueles que os pronunciam. Essas assertivas ideológicas seriam entendidas como algo que deforma a veracidade do conhecimento. Ela pode ser intencional, não intencional, consciente, semi-consciente ou inconsciente para aquele que a expressa. Isto significa que o nível de análise deste sentido particular da noção de ideologia passa por uma dimensão mais psicologizante. Estaria também atrelado a este sentido a noção de “falsa consciência”. Esse sentido é geralmente utilizado pela Teoria da Ideologia.

Já o sentido total de ideologia está mais associado à maneira de pensar de determinadas correntes de pensamento e de diferentes grupos histórico-sociais. É um conceito mais amplo de ideologia que se refere às formas de pensar de uma época, de uma corrente de pensamento ou de um grupo social, como, por exemplo, uma classe. Este sentido atua num nível noológico das ideias e do conhecimento. Este é o sentido trabalhado pela Sociologia do Conhecimento. Como Mannheim o explica:

---

<sup>8</sup> Dentro do marxismo, não existe o consenso acerca do sentido de ideologia. Desde, a obra de Marx (1996, 1998, 2011), existe um imenso debate acerca do significado do termo. A intenção aqui não é desenvolver esta discussão, somente destacar que ela existe. Um autor marxista que define um sentido de ideologia, próximo de Mannheim, é Löwy (2009). Inspirado nas obras marxistas, o autor define-a, não como ideia isolada ou conteúdo doutrinário, mas, antes de tudo, como uma «‘forma de pensar’, uma certa problemática, um certo horizonte intelectual (‘limites da razão’))» (Löwy, 2009 : 114-115). Segundo Löwy, as ideologias são visões sociais de mundo que frequentemente estão vinculadas às classes sociais.

The sociology of knowledge, on the other hand, takes as its problem precisely this mental structure in its totality, as it appears in different currents of thought and historical-social groups. The sociology of knowledge does not criticize thought on the level of the assertions themselves, which may involve deceptions and disguises, but examines them on the structural or noological level, which it views as not necessarily being the same for all men, but rather as allowing the same object to take on different forms and aspects in the course of social development. Since suspicion of falsification is not included in the total conception of ideology, the use of the term " ideology " in the sociology of knowledge has no moral or denunciatory intent. It points rather to a research interest which leads to the raising of the question when and where social structures come to express themselves in the structure of assertions, and in what sense the former concretely determine the latter. (MANNHEIM, 1979, p.238-239)

Ainda que ambos os sentidos compartilhem do fato de que não confiam no valor aparente de determinada premissa e que seja preciso interpretar a ideia a luz da situação daquele que a pronuncia, o sentido totalizante de ideologia pressupõe que exista uma diversidade e divergência de pensamentos e experiências e, portanto, exista uma validade múltipla dos diferentes sistemas de pensamento. Isto se opõe ao sentido particular de ideologia, já que este pressupõe a invalidade da ideia do oponente.

Logo, a Sociologia do Conhecimento tem como ponto de partida uma análise do num nível noológico e não num nível psicologizante. Ela se esforça para entender as ideologias como estruturas condicionadas socialmente e que condicionam sistemas de conhecimento distintos, legítimos e relacionais. Assim, compreender as ideologias que mobilizam determinadas teorias, em relação umas com as outras, ou seja, a partir de um ponto de vista relacional, é um primeiro passo para possuir uma visão da totalidade da produção do conhecimento. Totalidade que, segundo Mannheim, não é uma visão imediata e eternamente válida da realidade, nem uma visão estável, mas um processo contínuo de expansão do conhecimento, ou seja, é um esforço para a expansão do horizonte visível.

Então, este trabalho, sob a luz da Sociologia do Conhecimento e o arcabouço teórico de Mannheim, realiza uma análise ideológica dos posicionamentos teóricos dos autores que se debruçaram sobre as discussões acerca da nova classe média, a partir do atributo condicionante que as ideologias estabelecem em todo o processo de produção de conhecimento e, portanto, sem julgamentos de valor. A ideia é propor uma classificação dos autores em correntes ideológicas, como forma de averiguar certos determinantes ideológico-sociais que condicionam o debate.

O objetivo é compreender, por meio da perspectiva de totalidade desenvolvida por Mannheim, as ligações entre as teorias e os modos de pensamento dos autores. Desta forma, espera-se observar os horizontes intelectuais nos quais estão inseridos, não para averiguar o caráter deformante ou falsificado de suas ideias, mas para perceber o caráter relacional de suas teorias, bem como certos limites intelectuais do debate em questão.

#### 4. Proposta de classificação teórico-ideológica para a literatura acadêmica acerca da NCM

A análise da amostra da literatura que discute o surgimento da classe C permite constatar o dissenso em relação à legitimidade concedida a esta classe entre diversos intelectuais brasileiros. Alguns autores acreditam que a NCM é legítima, porque o aumento da renda e do consumo de setores populares significou sua mobilidade social (NERI, 2008a, 2008b, 2011; MEIRELLES & ATHAYDE, 2014; SOUZA & LAMOUNIER, 2010). Para outros, esta nova classificação social não é legítima, uma vez que a configuração de determinada classe social e da mobilidade social devem ser analisados sob a luz de outros fatores sociológicos (POCHMANN, 2012, 2014; CHAUI, 2013; SOUZA, 2010; COSTA, 2013; KERSTENETZKY & UCHÔA, 2013; QUADROS et al., 2013). Para estes, a realidade social seria muito mais complexa, para ser interpretada e classificada apenas com base na renda e no consumo. Este é o ponto inicial de divergência entre os autores.

Entretanto, é possível verificar a existência de outros pontos de divergência. Um deles é a forma como esses autores explicam as mudanças econômico-sociais que ocorreram recentemente no Brasil<sup>9</sup>. Há, grosso modo, duas tendências na forma de explicar essas mudanças<sup>10</sup>. A primeira tendência enfatiza o mercado. Ele seria a força motora das transformações que ocorreram nas camadas populares brasileiras nos últimos dez anos (SOUZA & LAMOUNIER, 2010; SOUZA, 2010.<sup>11</sup>). Ele possui, portanto, maior peso neste tipo argumentativo. Nesse sentido, é a partir das transformações e/ou continuidades no comércio internacional que a configuração econômico-social no Brasil se estabelece. Mesmo que as políticas nacionais sejam entendidas como fator que, em última instância, desencadeie as mudanças internas do país, elas só são possíveis a partir do condicionamento externo dado pelo mercado internacional. É uma visão macro estrutural que entende as mudanças ocorridas no Brasil como reflexo das modificações ocorridas internacionalmente no sistema mercantil capitalista. O país é, portanto, entendido como uma nação, dentre outras, inserida nessa macro estrutura financeira do capital. Neste sentido, o papel do Estado

---

<sup>9</sup> Entende-se por mudanças econômico-sociais recentes no Brasil as transformações mais significativas que, segundo a opinião de cada autor, ocorreram, em termos econômicos e sociais, nas camadas populares brasileiras ao longo dos últimos 10 anos. Essas transformações, podem se referir, então, ao aumento da renda e do consumo dos setores mais pobres da população e/ou às mudanças na configuração da classe trabalhadora brasileira.

<sup>10</sup> Evidentemente há diferenças no tipo de argumentação dos autores, entretanto, o que se pretende ressaltar são as características comuns, as tendências gerais.

<sup>11</sup> É possível inserir também Pochmann, M. e Chauí, M. a esta tendência, já que atribuem um peso explicativo ao sistema capitalista significativo para explicar as transformações no Brasil. Entretanto, não é possível inseri-los de forma exclusiva a esta tendência, visto que, numa comparação entre as duas tendências, estes autores possuem características mais fortes da segunda tendência. Portanto, foram inseridos na próxima tendência.

fica reduzido ou, no mínimo, não aparece com força na argumentação dos autores. O Estado praticamente não possui papel ativo para modificar a configuração de classes do país.

Vale ressaltar que essa tendência explicativa perpassa a argumentação tanto de autores que aparentemente são favoráveis (SOUZA & LAMOUNIER, 2010) à NCM quanto daqueles contrários a ela (SOUZA, 2010). Ou seja, ela é comum a autores que são a favor da NCM, como, para outros que são contrários a esta classificação. Nesta tendência, as mudanças econômicas e sociais que ocorreram no Brasil são compreendidas como reflexo das transformações do sistema capitalista. Ou seja, a possibilidade ou não da existência da NCM, se daria em função das mudanças que ocorreram recentemente no sistema capitalista.

Um fator apontado como promotor dessas mudanças no país seria a formação de cadeias globais de produção. As empresas transnacionais, com a produção crescente de bens e serviços em cadeia global, teriam induzido à diminuição de preços de produtos industrializados e destes serviços no Brasil, levando ao barateamento dos produtos industrializados como geladeiras, televisores, celulares produzidos por essas multinacionais e, por consequência, à intensificação do consumo das camadas populares. Essas cadeias globais de produção teriam promovido, portanto, uma sociedade *low cost*, da qual o Brasil não estaria à margem e, sobre a qual, se construiria o pilar do aumento do consumo popular. (POCHMANN, 2014)

Um segundo elemento destacado, nesta tendência, seria o recente crescimento econômico dos países emergentes. A prosperidade da economia mundial das décadas de 1990 e 2000, antecessora da crise econômica internacional de 2008-2009, seria um fator fundamental para se compreender o crescimento econômico dos países emergentes e o aumento do poder de compra dos setores mais pobres de sua população. O Brasil, inserido nessa conjuntura, teria, se modificado internamente, em função das mudanças econômicas internacionais que teriam privilegiado, circunstancialmente, os países emergentes e, dessa forma, a crescente *medianização* dessas populações. (SOUZA & LAMOUNIER, 2010)

Por último, outro fator destacado como o epicentro das ondas de mudanças no país seriam as transformações na configuração do capitalismo fordista para o toyotista, compreendidas também como mudanças do “capitalismo duro” para o “capitalismo flexível”. (SOUZA, 2010). Cabe destacar, entretanto, que as transformações às quais Souza se refere, não são aqui o aumento da renda e do consumo dos setores populares, mas, as transformações na configuração da classe trabalhadora. A crescente incorporação da lógica capitalista pelos trabalhadores, típica do capitalismo flexível, teria engendrado, no Brasil, assim como em outros lugares do mundo, transformações na lógica de controle sobre os trabalhadores. O controle sobre estes se daria, hoje, em grande parte, sob um regime mais flexível e com ausência de conflitos.

Essas mudanças do sistema capitalista indicariam, na realidade, suas continuidades. Seriam transformações superficiais da macroestrutura do capital que expressariam a permanência da essência exploratória do sistema capitalista. Deste ponto de vista, não haveria espaço para pensar o aumento de renda e do consumo dos setores populares que acontece no Brasil como uma mudança econômico-social significativa. O que existiria, de fato, seria uma classe que permaneceria na condição de trabalhadora, entretanto, sob “novas roupagens” e, por isso, poderia ser entendida como nova classe batalhadora. (SOUZA, 2010)

A segunda tendência vai numa outra direção para explicar as transformações econômicas e sociais recentes no Brasil, enfatizando, não o mercado, mas o Estado como responsável por essas mudanças (CHAUÍ, 2013; COSTA, 2013; KERSTENETZKY & UCHÔA, 2013; MEIRELLES & ATHAYDE, 2014; NERI, 2008a, 2008b, 2011; POCHMANN, 2012, 2014; QUADROS et al. 2013). Nela, o Estado possui um lugar de destaque na argumentação dos autores. É atribuído a ele um papel central na coordenação das políticas públicas. Ele é um agente fundamental na coordenação e planejamento da economia. Ainda que o mercado apareça como fator importante na argumentação, ele tende a aparecer histórica e geograficamente contextualizado e a estar situado sob os comandos da dimensão política. Nesse sentido, o mercado seria, em grande parte, conduzido pelo e no Estado. Existe, então, uma valorização do papel do Estado brasileiro frente às ordens do mercado, ou seja, o Estado é um agente, relativamente empoderado, capaz de agir, modificar e influenciar a economia. Há, portanto, um entendimento do Estado como protagonista histórico capaz de modificar e administrar a economia do país e sua sociedade.

Por conseguinte, as mudanças econômicas e sociais da população que ocorreram na sociedade brasileira nestes últimos dez anos seriam, em grande parte, produtos das políticas do Estado. Não seria o mercado a força motora fundamental que levaria às mudanças sociais no país, mas ao contrário, as escolhas e modificações políticas, via Estado. É a partir dele que se desenvolvem as políticas econômicas e sociais que serviram de base para explicar as transformações econômicas e sociais dos setores populares no país. Portanto, a configuração das classes no país poderia ser entendida, pelo menos em parte, como resultado das políticas estatais. Assim, é facultado ao Estado brasileiro certo poder de administração sobre a configuração de classes no Brasil.

É importante lembrar que nessa segunda lógica argumentativa, na qual há uma valorização do papel do Estado sobre o mercado, há autores que aceitam a classificação da NCM (MEIRELLES & ATHAYDE, 2014; NERI, 2008a, 2008b, 2011), como aqueles que discordam dela (CHAUÍ, 2013; COSTA, 2013; KERSTENETZKY & UCHÔA, 2013; POCHMANN, 2012, 2014; QUADROS et al, 2013), como ocorre também na primeira tendência. Nesta tendência, destacam-se

as políticas do governo Fernando Henrique Cardoso e as políticas dos governos Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff como fatores fundamentais para a compreensão das mudanças recentes nos setores populares do país.

Por um lado, a política de estabilização da moeda (Plano Real) do governo Fernando Henrique Cardoso teria permitido a redução da inflação, preservando o poder de compra dos salários e a estabilização da economia (COSTA, 2013; MEIRELLES & ATHAYDE, 2014; NERI, 2008a, 2008b, 2011). Estas políticas de FHC seriam elementos importantes para a explicação da ascensão de renda dos mais pobres, já que teriam permitido o planejamento e crescimento econômico a longo prazo, fundamental para a concessão de crédito aos mais pobres que ocorreu nos últimos dez anos.

Por outro lado, a política dos governos Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rouseff, em substituição à política neoliberal de FHC, teriam associado crescimento econômico à redistribuição de renda no país. O retorno do crescimento econômico, agregado a taxas reduzidas de desemprego, à política de valorização do salário mínimo e às políticas assistencialistas, como o Bolsa Família, teriam permitido o aumento da renda e do poder de compra das camadas mais pobres do país. A base inferior da pirâmide social, em relação aos mais ricos, teria aumentado seu peso de participação na riqueza do país, permitindo, portanto, a diminuição das desigualdades de renda no país. Assim, as políticas seriam fatores fundamentais para explicar o aumento do crédito e do consumo por parte de setores populares (CHAUÍ, 2013; COSTA, 2013; KERSTENETZKY & UCHÔA, 2013; MEIRELLES & ATHAYDE, 2014; NERI, 2008a, 2008b, 2011; POCHMANN, 2012, 2014; QUADROS et al, 2013). Cabe ressaltar que, nesta amostra da literatura a maioria dos autores destaca a importância dessas políticas como força dinâmica central. Há certo consenso em destacar as políticas assistencialistas e redistributivas dos governos Lula e Dilma como fatores explicativos fundamentais para o recente aumento da renda e do consumo dos mais pobres no Brasil.

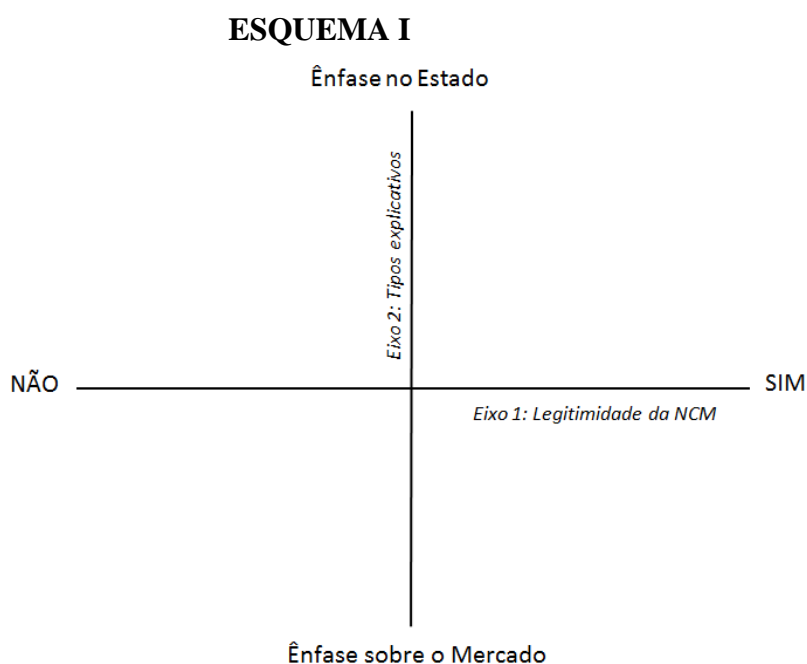
Foi possível observar na literatura acadêmica acerca da NCM brasileira duas divisões teóricas: a primeira que divide os autores entre os que legitimam e os que se opõem a classificação da Nova Classe Média; a segunda que os separa entre a ênfase sobre o mercado ou sobre o Estado para explicar as mudanças econômicas e sociais dos setores populares brasileiros dos últimos anos. A partir desta constatação, se propõe, então, uma classificação dos autores com base nestas duas divisões que os dividem em quatro tendências teóricas distintas: (1) os que deslegitimam a NCM e enfatizam o Estado; (2) os que legitimam a NCM e enfatizam o Estado; (3) os que legitimam a NCM e enfatizam o mercado; (4) os que deslegitimam a NCM e enfatizam o mercado.



Essa tipologia é expressa por dois eixos centrais. O primeiro eixo abarca os debates em torno da *legitimidade da Nova Classe Média*. Este se divide em dois polos: o primeiro que coaduna os autores em torno da legitimidade da NCM e o oposto que reúne os que a deslegitimam. O segundo eixo envolve as duas tendências explicativas em relação às transformações econômicas e sociais das camadas populares nos últimos dez anos no Brasil. Essas tendências de explicação são denominadas *tipos explicativos*. Este eixo está dividido entre o polo superior que enfatiza o Estado e o outro que enfatiza o mercado para explicar essas transformações.

Para a configuração da classificação proposta serão conjugados esses dois eixos centrais que dividem os autores. O eixo da legitimidade da NCM estaria na horizontal. Sua extremidade da esquerda seria *negativa* e a extremidade da direita *positiva*. O segundo eixo seria o tipo explicativo e se encontraria na vertical. Na sua extremidade superior, se encontraria a categoria *ênfase no Estado* e a extremidade inferior, a categoria *ênfase no Mercado*.

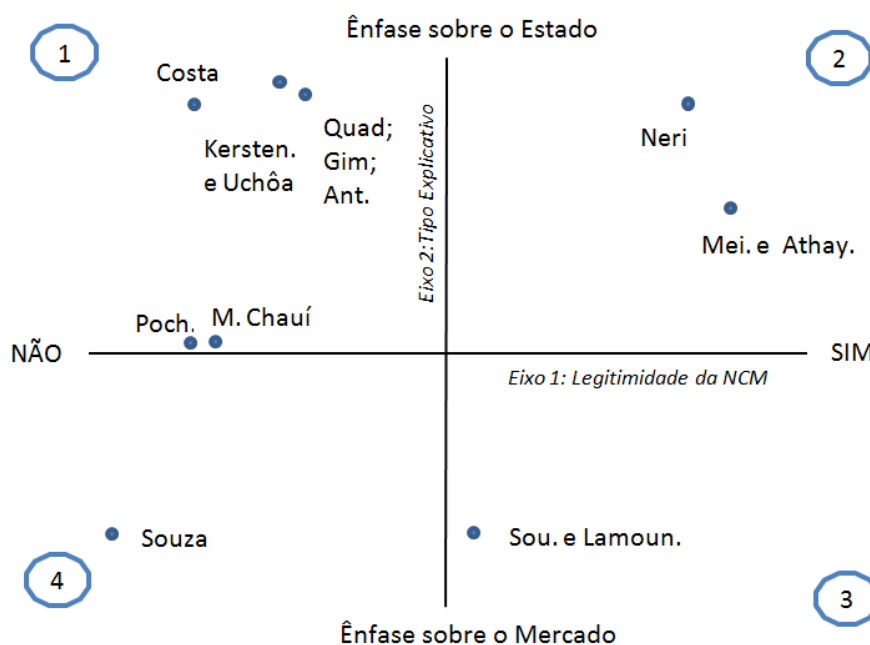
Vale lembrar que, à medida que os autores são alocados nesta classificação, algumas diferenças podem ser ofuscadas entre eles, no entanto, outras questões presentes em suas obras são observadas de forma mais clara e, desta forma, tornam-se passíveis à problematização. Cabe, pois, salientar que esta tipologia é apenas uma proposta possível de classificação. Ele não encerra as formas de compreensão dos autores. Outras formas de classificação, de acordo com a proposição de referências podem ser desenvolvidas para a literatura em questão. A configuração está expressa no esquema I, abaixo:



Fonte: Elaboração da autora

Neste esquema, os dois eixos funcionam como variáveis qualitativas ordinais. A ordenação dos autores não é absoluta, como em variáveis nominais, mas qualitativa. Tanto no eixo 1, como no eixo 2, existe uma ordenação dos autores com base no grau da tendência argumentativa que apresentam. Ainda que no eixo 1 a categorização se assemelhe à da ordem nominal, é possível verificar certo grau de legitimidade dada à classificação da NCM diferente entre os autores<sup>12</sup>, ou seja, é possível uma classificação escalonar entre eles. Desta forma, a partir da conjugação dos dois eixos é possível posicionar os autores de forma relativa e gradativa entre si. Nesse sentido, estar num quadrante não significa necessariamente um posicionamento puro, no qual a lógica argumentativa do autor esteja completamente limitada às características do grupo ao qual pertence. Se a posição do autor está próxima de outro quadrante, isso significa que ele tende a incorporar lógicas argumentativas do grupo do qual se aproxima. Por não ser uma classificação absoluta, os autores não estão encerrados nos quadrantes de forma acabada e independente, ao contrário, eles só se enquadram num grupo a partir da posição relativa que possuem em relação aos demais. É um esquema que, portanto, privilegia as tendências e não os posicionamentos absolutos. A utilização de pontos para localizar os autores, é, antes, uma forma de elucidar didaticamente a classificação, do que propriamente um meio de encerrá-los numa posição. Isto está expresso, no esquema II, abaixo.

## ESQUEMA II



Fonte: Elaboração da autora

<sup>12</sup> Por exemplo, ainda que Neri e Souza e Lamounier concordem com a legitimidade da NCM, os últimos defendem que há certa fragilidade nesta nova classe. Assim, há uma tendência entre os cientistas políticos a conceder menor legitimidade à categoria do que Neri.

Nesse esquema, cada eixo expressa uma divisão, não apenas teórica, mas, ideológica entre os autores. As ideologias, conforme a teoria de Mannheim, se entendidas num sentido totalizante do termo, expressam correntes de pensamento de determinada época. Elas expressam uma determinada perspectiva dos autores, isto é, o ponto de vista de onde falam. Isto não significa que suas conclusões estejam deformadas, deturpadas, mas, estão conformadas a este ponto de vista. Então, essas divisões teóricas dos autores demonstram de que ponto de vista eles estão pensando. Tanto as divergências em torno da legitimidade da NCM expressas pelo eixo 1 do esquema, como as diferenças de ênfase sobre o Estado ou o mercado para explicar as mudanças econômico-sociais recentes nos setores populares brasileiros, sintetizadas no eixo 2, exprimem certas ideologias ou perspectivas dos autores, conforme a perspectiva de Karl Mannheim.

O fenômeno ideológico nos debates da NCM foi inicialmente apontado por Pochmann (2012) e Souza (2010). Ambos consideraram a NCM uma classificação social liberal, dada a utilização exclusiva da renda e do consumo como parâmetros classificatórios para o desenvolvimento desta categoria social. Considerados parâmetros estritamente econômicos, a utilização da renda e do consumo para estipulação das divisões de classe, na realidade, significaria a legitimação das divisões sociais engendradas pelo capitalismo, ou seja, significaria a vitória dos ideais liberais. Desta forma, mais do que representar uma divergência teórica entre os autores, as disputas em torno da pertinência NCM revelariam uma verdadeira disputa ideológica entre eles. Isso está evidenciado, nos seguintes trechos de Pochmann e de Souza:

Em síntese: entende-se que não se trata da emergência de uma nova classe – muito menos de uma classe média. O que há, de fato, é uma orientação alienante sem fim, orquestrada para o sequestro do debate sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais, incapaz de permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social e sua comparação com outros períodos dinâmicos do Brasil. (POCHMANN, 2012: 8)

É justamente a legitimação de privilégios inconfessáveis que está em jogo na noção, hoje corrente entre nós, de “nova classe média” para os brasileiros trabalhadores que examinamos. Trata-se de uma interpretação triunfalista que pretende esconder contradições e ambivalências importantes da vida desses batalhadores brasileiros e veicular a noção de um capitalismo financeiro apenas “bom” e sem defeitos. A ideia que se quer veicular é a de uma sociedade brasileira de novo tipo, a caminho do Primeiro Mundo, posto que, como Alemanha, Estados Unidos ou França, passa a ter uma classe média ampla como setor mais numeroso da sociedade. E isso como efeito automático do mercado liberal desregulado. Essa concepção é um produto direto da dominação financeira que fincou sólida base no nosso país nas últimas décadas e que quer interpretar seus interesses particulares como interesses de todos. (SOUZA, 2010: 45-46)

Por conseguinte, para os que se contrapõem à NCM, o desenvolvimento de uma classificação social deve levar em consideração outros fatores sociológicos, já que a realidade social é complexa o bastante para ser entendida apenas com base nestes dois fatores. Eles reivindicam,

portanto, que a conformação de uma determinada classe social não pode ser reduzida a categorias estritamente econômicas, esta deve ser entendida sob a luz de teorias sociais críticas. (POCHMANN, 2012; SOUZA, 2010).

De fato, no que tange à legitimidade da NCM, ou seja, às divisões em torno do eixo 1, são perceptíveis dois aspectos fundamentais que dividem os autores: o primeiro é a tendência à legitimação ou deslegitimação da ordem capitalista e o segundo é o grau de mudança social atribuído ao aumento da renda e do consumo entre os mais pobres.

No polo em que a NCM é aceita, há uma tendência à legitimação e/ou conservação da ordem capitalista, já que não se aponta o sistema capitalista como o causador das desigualdades sociais. Não há, portanto, críticas em relação a ele. Desta forma, as mudanças sociais podem ser produzidas no seio do sistema capitalista, ou até mesmo, através do seu reforço e/ou da sua expansão. Nesse sentido, o aumento da renda e do consumo dos mais pobres tende a ser entendido como uma mudança significativa ou até mesmo como uma revolução social. Existe uma estimativa das transformações que ocorreram nas camadas populares. O aumento dos ganhos e do poder de compra dos mais pobres é entendido como uma grande transformação social. Estes autores partem, portanto, de uma perspectiva mais liberal ou conservadora. Em termos ideológicos, podem ser enquadrados numa perspectiva liberal.

Já no polo em que a NCM não é aceita, há uma tendência a perceber a ordem capitalista como problemática, há, portanto, uma inclinação a perceber o capitalismo de forma crítica. Os conflitos e problemas sociais produzidos em seu âmbito estão no centro da argumentação. Desta forma, as desigualdades sociais no Brasil são entendidas como algo significativo e/ou há uma forte crítica em relação à ordem econômica vigente nesse polo. Nesse sentido, o aumento da renda e do consumo de setores populares na sociedade brasileira tende a significar uma mudança não muito profunda, ou, até mesmo, a significar a continuidade da ordem social. Estes estão inclinados a uma perspectiva mais crítica, podendo ser enquadrados ideologicamente numa tendência mais crítica ou progressista.

Em relação ao eixo 2, isto é, à ênfase dada sobre o mercado ou Estado para explicar as mudanças sociais que ocorreram no Brasil recentemente, parece haver outra divisão ideológica entre os autores. Para aqueles que enfatizam o mercado, a forma de organização da sociedade brasileira é entendida, em grande parte, como reflexo do mercado internacional<sup>13</sup>. O mercado é

---

<sup>13</sup> É possível problematizar até que ponto o que se entende por mercado internacional é, na realidade, o que se passa no sistema capitalista dos países desenvolvidos. A transição de um capitalismo fordista para um capitalismo toyotista não seria um modelo de transição típico dos países desenvolvidos? O que leva a crer que este modelo de transição pode ser utilizado para a compreensão das mudanças econômico-sociais que ocorrem no Brasil? Haveria, em algum período da História, o Brasil adotado um sistema fordista de produção?

entendido como força motriz principal das mudanças econômico-sociais brasileiras. As mudanças sociais pelas quais passou o Brasil são, em grande parte, reflexo das mudanças ou continuidades do sistema mercantil internacional. Seja para enfatizar as “novas roupagens” dos conflitos de classe no Brasil, seja para enfatizar as modernizações da economia brasileira, o fato é que as transformações econômico-sociais brasileiras acabam sendo entendidas como reflexo do contexto externo. Dessa maneira, o Estado tende a ser esquecido como protagonista histórico. Há pouco espaço para sua atuação, para um papel ativo na configuração social do país. O Brasil tende a ser entendido “como uma boia que flutua e se move conforme as ondas do mercado internacional”. É um ponto de vista que entende, portanto, a configuração social brasileira como um reflexo da conjuntura externa.

Já no *tipo explicativo* que enfatiza o Estado, a configuração econômico-social brasileira estaria atrelada às políticas governamentais da sociedade. Diferentemente, da perspectiva anterior, o Estado brasileiro seria enxergado como ator histórico fundamental na condução da história do país. Esta segunda forma de explicação pressupõe maior autonomia e soberania do Estado brasileiro diante das imposições externas do mercado. Ainda que no Brasil se decida seguir o modelo de desenvolvimento dos países ricos, é através da política que isto se decide e se escolhe. Suas transformações internas não são fruto apenas dos acontecimentos externos ou das imposições de mercado, mas consequência das decisões políticas internas do país. Contudo, é importante lembrar que o mercado não desaparece desta argumentação, uma vez que existe ênfase sobre o Estado. Ainda que o mercado seja apontado como dimensão importante que exerce influência sobre o país, não é entendido como força hegemônica única. O Estado é um protagonista histórico capaz de direcionar, modificar e administrar a economia. É ele o dispositivo dinamizador das transformações econômicas internas do país. Por conseguinte, a configuração de classes seria reflexo, em grande parte, das políticas públicas estabelecidas no país. Desta forma, esses autores partem de uma perspectiva de Brasil mais empoderado político-institucionalmente.

Visto isso é possível dividir em quatro grupos “ideológicos” distintos: a tendência *liberal*; a *crítica*, conforme as polarizações em torno do eixo 1; uma tendência *convicta do papel Estado* e outra *convicta do papel do mercado*, conforme as disparidades em torno do eixo 2. A conjugação, dois a dois, dessas quatro tendências produziria, então, quatro posicionamentos ideológicos distintos dos autores: (1) *Os críticos convictos do progresso via Estado* ou *Reformistas Fortes*; (2) *Os liberais convictos do progresso via Estado* ou *Reformistas Fracos*<sup>14</sup>; (3) *Os liberais convictos da continuidade social via mercado* ou *Liberais Stricto Senso*; (4) *Os críticos convictos da continuidade social via mercado* ou *críticos radicais/céticos*.

---

<sup>14</sup> Esta denominação está baseada na qualificação atribuída por André Singer para as políticas de inclusão via mercado do Partido dos Trabalhadores de em seu livro *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Cia. das Letras.

*Os críticos convictos do progresso via Estado ou Reformistas Fortes* (CHAUÍ, 2013; COSTA, 2013; KERSTENETZKY & UCHÔA, 2013; POCHMANN, 2012, 2014; QUADROS et al, 2013) imaginam a ordem capitalista a partir dos conflitos e das mazelas sociais produzidos em seu interior. Podem ou não declarar uma crítica aberta ao sistema capitalista. Mesmo quando não declaram abertamente um questionamento ao modo de produção, partem de uma perspectiva crítica em relação à ordem econômica, já que as desigualdades sociais provocadas pelo sistema estão no centro de sua argumentação. Tendem a reivindicar que as mudanças sociais devem ser mais profundas e realizadas pelo Estado e não pelas mudanças no sistema capitalista. Paralelamente ao fato de perceberem que o capitalismo é fundamental na configuração social desigual do Brasil, eles entendem que o Estado brasileiro, é capaz de corrigir determinadas disparidades sociais. Os problemas sociais brasileiros não seriam, portanto, fruto somente da configuração da ordem capitalista, mas das políticas adotadas no país e, nesse sentido, seriam passíveis a mudanças.

Desta forma, estes autores se contrapõem à NCM, já que consideram os aumentos da renda e do consumo das camadas populares mudanças superficiais. Estes apenas significariam inclusão dessa população ao mercado e não, a formação de uma nova classe social. A classificação social dessa população estaria vinculada às desigualdades provocadas pelo sistema capitalista. Entretanto, reconhecem que o aumento da renda e do consumo dos mais pobres no Brasil é um avanço significativo e, nesse sentido, reconhecem a diminuição da desigualdade de renda que se estabeleceu no país, por meio das políticas dos governos Lula e Dilma. Entretanto, tendem a acreditar que elas precisam ser revistas, já que transformariam superficialmente a população. Há, por conseguinte, uma propensão a cobrar uma atuação do Estado mais intensa e numa outra direção.

*Os liberais convictos do progresso via Estado ou Reformistas Fracos* (MEIRELLES & ATHAYDE, 2014; NERI, 2008a, 2008b, 2011) imaginam a ordem capitalista a partir dos benefícios que ela pode trazer, corroborando-a, ou até mesmo valorizando-a. O sistema capitalista não é evocado como força central das mazelas sociais. Ainda que haja problemas sociais, estes podem ser solucionados no seio da ordem vigente e, até mesmo a partir do seu aprofundamento. As reformas sociais podem ser realizadas no final e não na origem do sistema para muda-lo estruturalmente. Nesse sentido, o aumento da renda e do consumo dos mais pobres é entendido como um benefício social e como uma mudança profunda na sociedade. Eles expressariam uma verdadeira mudança de classes para os mais pobres no Brasil, ou seja, legitimaria a existência da NCM. Há, portanto, neste grupo, a aceitação da NCM como nova classe social no Brasil.

Por outro lado, similarmente *Reformistas Fortes*, valorizam o papel do Estado e/ou da população brasileira no estabelecimento dessas mudanças. Acreditam, dessa forma, que as políticas de estabilização da moeda do governo FHC, mas, sobretudo, as políticas redistributivas dos

governos Lula e Dilma foram fundamentais para o aumento dos ganhos e do potencial de consumo dos mais pobres no Brasil. Essas políticas teriam sido fundamentais para a associação entre crescimento econômico e distribuição de renda no país. Por meio dessas políticas, o Brasil teria conseguido superar a crise econômica internacional de 2008. Por fim, reconhecem a diminuição da desigualdade de renda no Brasil, tendendo a atribuir a isto uma verdadeira revolução social.

*Os liberais convictos da continuidade social via mercado* ou *Liberals Stricto Senso* (SOUZA & LAMOUNIER, 2010) imaginam, assim como os *Reformistas Fracos*, a ordem econômica a partir dos benefícios produzidos por ela e, portanto, tendem a valorizá-la. Não destacam, assim como os últimos, o sistema capitalista como causador das desigualdades de classe. Entendem o Brasil como reflexo do mercado internacional. Deste ponto de vista, o crescimento econômico, anterior à crise internacional de 2008, teria produzido uma conjuntura favorável de crescimento econômico para os países emergentes. O Brasil não estaria fora disso. Assim, o crescimento econômico brasileiro, da década de 2000, seria consequência da conjuntura internacional. Estes fatos teriam permitido o aumento da renda e do consumo dos mais pobres e teriam permitido a mobilidade social deste segmento. Eles aceitam, nesse sentido, a legitimidade do aumento da renda e do consumo como fatores que induzem, por si só, a ascensão social e a NCM.

Entretanto, diferentemente dos *Reformistas Fracos*, neste grupo, essas mudanças sociais são compreendidas a partir das mudanças no mercado internacional. O crescimento da NCM no Brasil só teria sido possível, graças à crescente *medianização* das populações dos países emergentes no cenário internacional, na qual o Brasil estaria inserido. Não atribuem, desta forma, a motivação das mudanças sociais e econômicas do Brasil a mudanças políticas internas, mas, a conjunturas externas. Além disso, ainda que corroborem com a legitimidade da NCM e entendam que o aumento da renda e do consumo populares provoque uma transformação estrutural de classes, estes consideram o aumento dos ganhos e das compras dos mais pobres uma mudança frágil<sup>15</sup>. Dada a condição de fragilidade do Brasil, enquanto país em desenvolvimento, qualquer movimento ou crise internacional afetaria sua economia e, por consequência, à também frágil NCM. A configuração social no Brasil seria, portanto, reflexo principalmente das dinâmicas de mercado.

Por fim, os *críticos convictos da continuidade social via mercado* ou *críticos radicais/céticos* (SOUZA, 2010), assim como os *Reformistas Fortes*, imaginam a ordem capitalista a partir dos conflitos e das mazelas sociais produzidas em seu interior. A super exploração e as péssimas condições dos trabalhadores são bastante evidenciados nesta perspectiva. Parte-se declaradamente da crítica contundente ao sistema capitalista, o que permite distanciá-los substancialmente dos últimos. Nesse sentido, acredita-se que os aumentos da renda e do consumo

---

<sup>15</sup> O que pode, talvez, ser entendido como uma contradição destes autores.

dos mais pobres não modificam a configuração de classes no Brasil, já que esta última é, em grande parte, fruto dos conflitos entre capital-trabalho inerentes ao sistema capitalista. Portanto, não concordam que haja uma NCM, mas uma classe trabalhadora, ainda que sob novas configurações.

Aliás, estes entendem que as mudanças econômicas e sociais no Brasil são fruto, em grande parte, das mudanças macroeconômicas do sistema capitalista internacional. Como o aumento dos ganhos e do potencial de consumo dos mais pobres não significariam mudanças sociais significativas para o país, o que deveria ser entendido por transformações econômicas e sociais produzidas recentemente no Brasil deveriam ser os novos arranjos da classe trabalhadora brasileira. A lógica flexível de controle sobre os trabalhadores, característica do capitalismo atual, teria engendrado a incorporação da lógica produtivista nos trabalhadores brasileiros que, em grande parte, não necessitariam mais de patrão para o controle de seu rendimento produtivo. Ela mesma se configuraria como seu novo patrão. Esta lógica produtivista teria sido incorporada pelos trabalhadores e seria transmitida geracionalmente para as futuras camadas de trabalhadores, dando prosseguimento à reprodução social. Estabelecendo-se, portanto, uma nova classe trabalhadora no Brasil, ou, nos termos de Souza, nova classe batalhadora brasileira. Nessa perspectiva, semelhantemente aos *Liberals Stricto Senso*, as mudanças que ocorreram no Brasil seriam consequência, em grande parte, das mudanças do sistema capitalista internacional<sup>16</sup>.

## 5. Análises, reflexões e considerações finais

Como o esquema classificatório desenvolvido na seção anterior demonstra, a NCM aparece como uma possibilidade classificatória para os que partem de uma ideologia Reformista Fraca ou Liberal para compreender a realidade social. Para aqueles que entendem que as mudanças de renda e de consumo, isto é, as mudanças distributivas localizadas no fim do processo produtivo, são capazes de transformar as estruturas de classe, é possível observar uma nova classe média no Brasil. Por outro lado, para os que acreditam que apenas as mudanças no início do processo produtivo, ou seja, as distribuições de propriedade são capazes de interferir na organização das classes, não é legítimo falar em NCM, como é o caso dos que partem de um Reformismo Forte ou de uma perspectiva mais crítica ou cética.

No entanto, se, à primeira vista, é possível concordar com os apontamentos de Souza e Pochmann, de que corroborar com a legitimidade da NCM é uma simples adesão à ideologia liberal, é preciso, num segundo momento, fazer algumas ressalvas a essa premissa, já que, mesmo entre os *liberais*, não há um forte consenso em relação à NCM. Percebe-se que os *Liberals Stricto Senso*

---

<sup>16</sup> Ou das mudanças ocorridas no sistema capitalista dos países desenvolvidos.



tendem a observar a NCM com certo olhar desconfiado, já que enfatizam sua fragilidade<sup>17</sup>. Ao que tudo indica, ela é uma categoria legitimada de forma mais significativa pelos *liberais convictos do progresso via Estado* ou *Reformistas Fracos*.

Esta diferença entre os *Reformistas fracos* e os *Liberais Stricto Senso* é fundamental, portanto, para compreender por que os primeiros tendem a legitimar mais a NCM do que os últimos. Enquanto os autores situados no polo inferior demonstram uma visão de mundo que enfatiza a dependência brasileira em relação ao mercado internacional, os autores do polo superior enfatizam um Brasil protagonista e relativamente autônomo. São, portanto, as diferenças entre esses horizontes intelectuais em relação ao entendimento acerca da realidade econômica e social no Brasil que acabam permitindo, em grande parte, a atribuição de maior legitimidade cedida à NCM pelos *liberais convictos do progresso social via Estado* do que entre os *liberais convictos da continuidade social via mercado*. Isto porque aqueles que legitimam mais a NCM entendem que o Brasil é um país capaz de administrar e transformar a sua realidade social e, portanto, capaz de promover mobilidade social e transformações entre as classes sociais (sobretudo no que tange o seu Estado). Já os últimos legitimam menos a NCM, porque entendem que o Brasil é um país com pouca força de transformação interna. Ele é, em grande parte, reflexo das mudanças econômicas internacionais e, portanto, as configurações sociais também o devem ser.

Dessa forma, talvez seja preciso problematizar a premissa de que a NCM é uma interpretação liberal da realidade social, na medida em que é uma construção que parte de um horizonte ideológico *Reformista Fraco*. Os Liberais não acreditam na transformação social por meio do Estado, isto é, que o Estado brasileiro possa realizar uma mudança estrutural nas classes. Ao contrário dos progressistas, eles insistem que o Brasil é um país dependente do mercado externo e, portanto, frágil diante das economias desenvolvidas. Assim, afirmar categoricamente a existência de uma NCM num país frágil economicamente como o Brasil, seria uma forma de ir contra visão de mundo dos *Liberais Stricto Senso*.

A classificação ideológica também permite notar os pontos de vista a partir dos quais os autores compreendem as mudanças econômicas e sociais que ocorrem no Brasil nos últimos anos (eixo 2). Estas diferenças de percepção são também divisões ideológicas, na medida que pressupõem uma forma de compreender o papel do Estado ou do mercado na configuração social do Brasil. Dessa forma, os Reformistas, tantos Fracos como Fortes tendem a compreender as mudanças econômicas a partir das políticas implementadas pelo Estado, enquanto os Críticos Radicais ou Céticos e o Liberais tendem a compreender as mudanças a partir das imposições do mercado.

---

<sup>17</sup> A observação atenta do posicionamento dos autores no esquema permite perceber que eles não atribuem uma legitimidade tão significativa à NCM quanto os liberais progressistas, por isso, estão próximo dos autores que discordam da legitimidade da NCM no esquema proposto.

A exposição das diferenças, em relação ao eixo 2, permitiu perceber certas convergências entre setores *críticos* e *liberais*. Enquanto no polo superior, setores *críticos* tendem a se agregar a setores liberais, ao reconhecerem as diminuições das desigualdades no país como algo significativo para o país, entendendo o poder das políticas públicas como fator fundamental na condução da diminuição das desigualdades de renda no país, no polo inferior, críticos e liberais se coadunam ao concederem pouco reconhecimento à diminuição das desigualdades sociais recentes no Brasil. Nesta segunda tendência explicativa, este fato não é reconhecido ou é apontado como algo pouco significativo, frágil

Visto isso, é possível perceber que existem diversos aspectos ideológicos abarcados nos debates em torno da NCM e que todos os autores envolvidos partem de uma determinada ideologia para produzir seus conhecimentos. Não é só a tese da NCM que está embasada em um horizonte ideológico, mas todos os conhecimentos produzidos pelos outros autores também estão inseridos numa perspectiva ideológica específica. Então, a ideia de que haja aspectos ideológicos subjacente à tese da NCM (POCHMANN, 2012.; SOUZA, 2010) não é necessariamente um argumento vigoroso, em termos acadêmicos, para sua deslegitimação.

Ademais, foi possível perceber que as clivagens ideológicas presentes no debate possuem relações com as ideologias presentes no ambiente político brasileiro. Como sugere Mannheim, o processo de produção do conhecimento não está desconectado da realidade social. Então, é bastante plausível pensar que essas ideologias foram forjadas no contexto de disputas políticas em torno do Reformismo Fraco presente nos governos de Lula e Dilma Rousseff, isto é, que elas refletem, de alguma forma, as disputas ideológicas presentes no cenário político atual do Brasil.

Nisto parece residir o ponto controverso das relações entre ideologias e conhecimentos. As relações diretas entre as ideologias dos autores com as ideologias presentes no mundo político permite pensar até que ponto essas perspectivas deixam de ser apenas perspectivas condicionantes dos conhecimentos para se tornarem objetos de disputas entre os autores.

Parece que os condicionamentos ideológicos que estruturam os conhecimentos produzidos no debate, mais do que simples pontos de vista iniciais, se tornaram “bandeiras” a serem defendidas. O fato do debate acerca da NCM ter se configurado, desde o início, como um debate público e não apenas científico, no qual artistas, intelectuais e pessoas de diversos tipos opinaram a favor ou contra a nova classificação, parece corroborar a ideia de que a NCM se tornou um objeto de disputas ideológicas, mais do que simplesmente um objeto de disputa científica. Além disso, a constatação de que ela se transformara em política pública do governo Dilma Rousseff em 2011, também parece ratificar ainda mais essa ideia já que, a partir deste momento, ela se transformara em assunto de disputas políticas.

A maioria dos pesquisadores, ao contrário de ampliarem ou aprofundarem as pesquisas em torno de outros aspectos que tangenciavam o aumento da renda dos mais pobres, voltou seus esforços para refletir sobre a tese da NCM, isto é, ficaram mais preocupados em se posicionar em relação à tese levantada por Neri do que aprofundar aspectos que perpassavam o tema. Isto parece ser verdade, na medida que o enfoque das pesquisas girou, na maioria dos casos, em torno da confirmação ou não da existência da NCM. Parecia ser, portanto, um dever ideológico se contrapor ou defender a NCM.

Aqui é preciso fazer uma ressalva. Por meio da Sociologia do Conhecimento é possível compreender a formação do conhecimento em seu sentido estrutural, ou seja, entender as ideologias como um fator conformador da produção do conhecimento e não, como um conjunto de interesses que norteiam os intelectuais a desenvolver suas teorias, como propõe a Teoria da Ideologia. No entanto, as ideologias subjacentes aos debates em torno da NCM parecem passar de um simples condicionamento estrutural para se constituírem em objetos de disputas políticas. É difícil saber até que ponto as ideologias dos autores são apenas um ponto de vista inicial ou um fim a ser defendido. O limiar entre aquilo que apenas condiciona a produção do conhecimento, como preza a Sociologia do Conhecimento de Mannheim, e aquilo que passa a ser um objetivo a ser alcançado, como defende a Teoria das Ideologias, é tênue nesse debate.

O fato é que se, por um lado, existem ideologias condicionando a produção dos conhecimentos no interior do debate, como demonstra o esquema classificatório desenvolvido, por outro, parecem ter se configurado disputas ideológicas em torno do tema. Isto significa que, dado o caráter condicionante das ideologias nos processos de produção dos conhecimentos, estes conhecimentos não devem ser considerados (em termos acadêmicos) errados ou deturpados, mas repensados a partir das limitações teóricas que as disputas ideológicas parecem impor ao debate.

A forma polarizada sobre a qual o debate se configurou levou a uma simplificação das questões por ele abrangidas. Por exemplo, será que a renda e consumo devem ser entendidos estritamente como variáveis econômicas? Quais as implicações sociológicas das mudanças do aumento da renda e do consumo dos mais pobres para a população brasileira? O consumo, por exemplo, não poderia ser entendido como um fator que vai além da dimensão econômica e alcança dimensões culturais e até mesmo políticas entre os grupos sociais?

Talvez a teoria bourdieusiana indique um caminho para se pensar o consumo para além de sua dimensão econômica. Para Bourdieu (2007), as diferenciações de consumo entre os grupos sociais pode revelar capitais culturais e sociais distintos e, portanto, relações distintas de poder entre classes. Nesse sentido, será que o aumento do consumo e da renda dos mais pobres não teria alterado alguma relação de poder historicamente estabelecida entre os grupos no Brasil? Se o

consumo pode ser entendido como um fator de distinção entre as classes, até que ponto o simples aumento do potencial de compra dos mais pobres não teria, mesmo que de forma superficial, alterado certos padrões culturais das elites, provocando acirramento de classes no Brasil?

Talvez, ainda que de forma precária, incompleta e residual o aumento do consumo dos mais pobres teria atingido determinadas dimensões do conflito de classes no Brasil, provocando certa tensão social na população brasileira. Nesse sentido, a forma polarizada como a NCM vem sendo tratada pelos autores tem simplificado os significados que as mudanças econômico-sociais que permeiam essa questão podem ter. Alegar, portanto, que o reconhecimento da NCM corrobora os ideais liberais e, por isso, esconde os verdadeiros conflitos de classe no Brasil (POCHMANN, 2012; SOUZA, 2010), pode, na verdade, simplificar a forma de compreender as mudanças e os acirramentos de classe, que, ainda que sutis, podem estar envolvidos nesta questão. Em outras palavras: Isso significa, conforme foi defendido anteriormente, que utilizar o argumento do condicionamento ideológico para deslegitimar a NCM talvez não seja o melhor caminho para desconstruir essa hipótese.

Ainda que o tema da mobilidade social esteja envolvido no debate da classe C, somente pesquisas mais recentes (SOUZA & CARVALHAES, 2014) parecem ter investigado as relações entre o aumento da renda dos mais pobres e os mecanismos de “fechamento” ou de “abertura” da sociedade brasileira. Em outras palavras, parece ter sido pouco incorporado aos debates da NCM os mecanismos de mobilidade social no Brasil. Mesmo assim, será que os impactos da renda, sob a forma de capital ou de investimentos educacionais, se refletirão na estrutura de classes a longo prazo? Qual seria a relação entre renda, educação e classes sociais? A ideia não é corroborar com a ideia de que o aumento da renda e do consumo são capazes, por si só, de gerarem uma nova classe média no Brasil, mas levantar questões que mobilizem o tema da mobilidade social, a partir de uma perspectiva menos conjuntural.

Num outro exercício reflexivo, seria possível entender essas mudanças a partir dos reflexos, não na estrutura de classes, mas, numa dimensão cultural da população brasileira? Seria possível entender as consequências dos aumentos da renda e do consumo dos mais pobres como fatores que provocam transformações no imaginário social dos brasileiros do que propriamente na mobilidade de classes no Brasil? Será que o aumento da renda e do consumo dos mais pobres não significou antes o crescimento de um “ideal de classe média” no imaginário da população brasileira, do que propriamente a *medianização* da população brasileira? Talvez seja possível pensar a NCM como um processo de transformação cultural da população brasileira.

Por fim, outra questão não trabalhada profundamente pela maioria dos autores analisados é a relação entre a estrutura de classes e a diminuição da desigualdade de renda no Brasil. Ainda que a

diminuição de renda seja um dos assuntos mais estudados no Brasil recentemente, os autores da amostra analisada não incorporaram esta problemática<sup>18</sup>. Os autores que partem de uma ideologia reformista (tanto forte quanto fraca) tendem a reconhecer a diminuição da desigualdade de renda como algo significativo, ao contrário dos críticos radicais e dos liberais que acreditam que este é um fenômeno pouco significativo no Brasil. Este parece ser um ponto bastante controverso entre os autores.

De qualquer maneira, mesmo para os que reconhecem esse fenômeno como algo significativo, é possível perceber que as análises se detiveram, em grande parte, a apontar a diminuição numérica e não a refletir sobre suas implicações sociológicas. O que de fato representaria a diminuição da desigualdade de renda no Brasil? Ainda que o Índice de Gini permaneça alto, isto é, que o Brasil continue entre as nações mais desiguais do mundo, a constatação da diminuição da desigualdade parece não ser um fenômeno insignificante, para um país, cuja sociabilidade é histórica e profundamente marcada pelas imensas desigualdades sociais (CARDOSO, A., 2010). Quais seriam as consequências sociológicas da diminuição da desigualdade de renda no Brasil? A diminuição da desigualdade de renda teria impactado as percepções acerca da desigualdade e do sentido de justiça no Brasil? Teria provocado alguma alteração na fronteira da necessidade para os mais pobres? É preciso, portanto, refletir de forma mais profunda sobre os significados e as consequências sociológicas da diminuição das desigualdades de renda no Brasil, o que foi pouco discutido nesta amostra da literatura que discute a classe C. Essas ponderações parecem indicar que os debates em torno da NCM estão polarizados ideologicamente, a ponto de limitá-lo teoricamente.

Visto isso, é preciso considerar que a classificação ideológica dos autores inseridos no debate da NCM, a partir das contribuições teóricas de Karl Mannheim, demonstrou a existência de relações entre os posicionamentos teóricos dos autores inseridos no debate e suas determinadas tendências ideológicas da conjuntura política atual do Brasil. Nela, verificou-se a existência de quatro orientações ideológicas condicionais: o *Reformismo Forte*, o *Reformismo Fraco*, o *Liberalismo em Stricto Senso* e o *Crítico Radical* ou *Cético*. Inferiu-se que há um condicionamento ideológico a partir do qual os autores propõem seus teoremas. Isso levou a concluir que os condicionamentos ideológicos são compartilhados por todos os autores, o que sugere que a acusação de influência ideológica (POCHMANN, 2012; SOUZA, 2010) talvez não seja o melhor caminho, em termos acadêmicos, para a deslegitimação da tese da Nova Classe Média.

---

<sup>18</sup> O artigo de Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza e Flavio Alex de Oliveira Carvalhaes (2014) parece ser uma exceção diante da amostra de trabalhos analisados.

Por outro lado, constatou-se que existe um tênue limiar entre o condicionamento ideológico, isto é, a ideologia enquanto causa, motivo de condicionamento da produção do conhecimento e a ideologia como disputa, ou seja, como um propósito ou objetivo a ser defendido durante o processo de produção do conhecimento. A constatação dessa premissa aliada ao caráter público do debate, aos aspectos políticos e ideológicos que permeiam o tema da NCM e à forma como as discussões se apresentam permitiu corroborar a ideia de que a NCM se tornou objeto de disputas ideológicas.

Isso permitiu constatar que as discussões em torno do tema parecem estar mais próximas de uma confrontação ideológico-política do que de um debate científico. Por conseguinte, essa constatação permitiu inferir a existência de certos limites iminentes às discussões e à proposição de novas questões e abordagens para o tema em questão. Uma das sugestões é a de que é preciso refletir de forma mais profunda sobre os significados e as consequências sociológicas da diminuição das desigualdades de renda no Brasil.

Disso, é mais relevante constatar que novas questões e abordagens surgem, na medida em que é possível ultrapassar, ainda que de forma momentânea, as polarizações teórico-ideológicas que perpassam os debates em torno da NCM. Isso significa que é preciso não se restringir apenas à averiguação da existência ou não da NCM ou simplesmente desconsiderá-la em função dos seus ideais liberais, mas, investigar e problematizar as transformações e implicações sociológicas que podem estar envolvidas nessa temática. Ao contrário de encará-la sob um ponto de vista antagônico, é preciso se debruçar sobre os assuntos controversos que estão abarcados nessa temática a partir de uma complexidade e de um aprofundamento teórico maiores. Então, trata-se menos de aceitar ou rejeitar a NCM e, mais de compreender as transformações econômicas e sociais que podem ter se configurado nos últimos anos no Brasil. Talvez seja preciso mudar o enfoque da questão.

## **6. Referências bibliográficas**

ADAMOVSKY, Ezequiel “«Clase media»: reflexionessobre los (malos) usos académicos de una categoria” IN: Nueva Sociedad, nº 247, septiembre-octubre, 2013, pp. 38 – 49.

BOURDIEU, P. (2007), *A Distinção: crítica social do julgamento*, São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Editora FGV, 2010.

CHAUÍ, M. (2013), “Uma nova classe trabalhadora”. In E. Sader (ed.), 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma, São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, pp. 123-134.

COSTA, L. C. (2013), “Classes médias e as desigualdades sociais no Brasil”. In D. D. Bartelt (ed.) A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, pp. 43-55.

KERSTENETZKY, C. L. & UCHÔA, C. (2013), “Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da nova classe média”. In D. D. Bartelt (ed.) A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, pp. 16-31.

LÖWY, M. (2009), As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento, São Paulo: Cortez.

MANNHEIM, Karl. Ideology and utopia: An Introduction to the Sociology of Knowledge. London: Routledge & Kegan Paul, 1979.

MARX, K. (2011 [1852]), O 18 de brumário de Luís Bonaparte (trad. N. Schneider), São Paulo: Boitempo.

\_\_\_\_\_. O capital: crítica da economia política (volume 3). Trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985-1986.

\_\_\_\_\_. & Engels, F. (1998 [1933]), A ideologia alemã (trad. L. C. C. Costa), São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. & Engels, F. (1996 [1848]), Manifesto do Partido Comunista (trad. M. A. Nogueira, L. Konder), Petrópolis: Ed. Vozes.

MEIRELLES, R. & ATHAYDE, C. (2014), Um país chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira, São Paulo: Editora Gente.

NERI, M. C. (2011), A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide, Rio de Janeiro: Editora Saraiva.

\_\_\_\_\_. (2008a), A nova classe média, mimeo, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em [http://www.cps.fgv.br/cps/classe\\_media/](http://www.cps.fgv.br/cps/classe_media/), [consultado em 20-11-2014].

\_\_\_\_\_. (2008b), Miséria e a nova classe média na década da desigualdade, mimeo, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/desigualdade/>, [consultado em 20-11-2014].

POCHMANN, M. (2014) O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo.

\_\_\_\_\_, (2012), Nova classe média? : o trabalho na base da pirâmide social brasileira, São Paulo: Boitempo.

QUADROS, W. J., GIIMENEZ, D. M., ANTUNES, D. J. N. (2013), “Afiml, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000”. In D. D. Bartelt (ed.) A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, pp. 32-42.

RAVALLION, Martin. The Developing World’s Bulging (but Vulnerable) Middle Class. World Development Vol. 38. No. 4. Pp.445-454, 2010.

SINGER, A. (2012), Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo, Cia. das Letras.

SOUZA, A. & LAMOUNIER, B. (2010), A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade, Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, DF: CNI.

SOUZA, J. (2010), Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?, Belo Horizonte: Editora UFMG.

SOUZA, J. “A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo” In: A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, pp. 56-68.

SOUZA, P. H. G. F. & CARVALHAES, F. A. O. “Estrutura de Classes, Educação e Queda da Desigualdade de Renda (2002-2011)” Dados, Rio de Janeiro, vol. 57, no 1, 2014, pp. 101 a 128.

THUROW, L. (1987). A Surge in Inequality, Scientific American, 256, pp. 30-37.

David Friedlander, Ivan Martins, Peter Moon, Martha Mendonça e Ricardo Mendonça. A nova Classe Média do Brasil. Revista Época. Edição de 11 de agosto de 2008, disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI10074-15204,00-A+NOVA+CLASSE+MEDIA+DO+BRASIL.html> Acessado em 20/01/2015.

Paulo Rabello De Castro. A nova classe média mundial. Folha de São Paulo. São Paulo, 13 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1308200802.htm> Acessado em 20/01/2015.

IPEA. País reduziu pobreza e desigualdade mesmo durante a crise. Notícia divulgada em 11 de Agosto de 2009, no site do instituto. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=65&catid=4&Itemid=2](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=65&catid=4&Itemid=2) Acessado em 20/01/2015.

Ernesto Páglia. Nova classe média brasileira está cheia de vontade de comprar. São Paulo, SP. Edição do dia 13 de Abril de 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2010/04/nova-classe-media-brasileira-esta-cheia-de-vontade-de-comprar.html> Acessado em 20/01/2015.

Raquel Grisotto. Revista Veja de 08 de Dezembro de 2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/negocios-que-ajudam-a-reduzir-diferencas-sociais-ganham-atencao-de-investidores> Acessado em 20/01/2015.

Lia Luft. Degraus da Ilusão. Revista Veja. Artigo publicado na edição impressa de VEJA. Publicado originalmente em 5 de junho de 2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/lya-luft-vejo-multidoes-consumindo-estimuladas-a-consumir-como-se-isso-constituisse-um-bem-em-si-e-promovesse-real-crescimento-do-pais-isso-nao-e-subir-de-classe-social/> Acessado em 20/01/2015.

Moreira Franco e Ricardo Paes de Barros. O que define a classe média. Publicado em 09 de Julho de 2012. Disponível em <http://www.valor.com.br/opiniao/2742450/o-que-define-classe-media> Acessado em 20/01/2015.



Secretaria de Assuntos Estratégicos. Classe Média em Números. Disponível em: [http://www.sae.gov.br/site/?page\\_id=19870](http://www.sae.gov.br/site/?page_id=19870) Acessado em 20/01/2015.

Secretaria de Assuntos Estratégicos. Classe Média. Disponível em: [http://www.sae.gov.br/site/?page\\_id=10700](http://www.sae.gov.br/site/?page_id=10700). Acessado em 20/01/2015.

Vozes da Nova Classe Média. Caderno 4 (Classe Média e Emprego Assalariado). Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Brasília, Agosto de 2013.